

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

Venâncio Aires, 07 de abril de 2015.

Exmo Senhor Ronerson Bueno - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Município de Vacaria – RS

Ref.: Tomada de Preços nº 05/2015

RECORRENTE - VETOR MULTIMAQUINAS LTDA, empresa sediada no Município de Venâncio Aires - RS, na Rodovia RSC 453 Km 3, nº 2235, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.845.464/0001-07, legítima participante do Certame Licitatório acima referido, por seu representante legal, vem tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitações que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de sua inconformidade pelas razões que a seguir leva a sua apreciação:

I – DOS FATOS

A RECORRENTE por trabalhar desde 1995 com o fornecimento de peças, materiais e componentes exigidos pelo objeto deste edital, atendeu ao chamamento do Município de Vacaria para o Edital em referencia.

Sendo já cadastrada como fornecedora desta Instituição, apenas renovou seus documentos, declarações, balanço patrimonial registrado na Junta Comercial e certidões vencidas.

No entanto, a douta Comissão de Licitações ao exercer o seu trabalho de forma correta e acertada, verificou que no Contrato Social não havia compatibilidade do Ramo de Atividade da empresa com o Objeto do Edital.

A empresa foi julgada em desacordo com a lei e o item 4.1.1 do edital, sendo assim considerada **INABILITADA** para o certame.

As demais licitantes apresentaram a documentação em conformidade com o edital sendo consideradas **HABILITADAS** nesta fase da licitação.

II – AS RAZÕES DA REFORMA DA DECISÃO

A RECORRENTE tem a reconhecer que a Comissão de Licitações seguiu todos os trâmites estabelecidos pela legislação vigente.

Como não havia um representante da empresa na abertura do envelope 01 – Habilitação, para prestar os esclarecimentos necessários, acertadamente optou pela INABILITAÇÃO com a abertura de prazo legal para eventual interposição de recurso.

A RECORRENTE se considera inteiramente dentro do Objeto do Edital, pelas razões que passa a relatar:



A CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

Trata-se de um detalhamento da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física).

A CNAE resulta de um trabalho conjunto das três esferas de governo, elaborada sob a coordenação da Secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE, com representantes da União, dos Estados e dos Municípios, na Subcomissão Técnica da CNAE, que atua em caráter permanente no âmbito da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA.

A tabela de códigos e denominações da CNAE foi oficializada mediante publicação no DOU - Resoluções IBGE/CONCLA nº 01 de 04 de setembro de 2006 e nº 02, de 15 de dezembro de 2006.

Sua estrutura hierárquica mantém a mesma estrutura da CNAE (5 dígitos), adicionando um nível hierárquico a partir de detalhamento de classes da CNAE, com 07 dígitos, específico para atender necessidades da organização dos Cadastros de Pessoas Jurídicas no âmbito da Administração Tributária.

Na Secretaria da Receita Federal, a CNAE é um código a ser informado na Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica (FCPJ) que alimentará o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/CNPJ.

Embasamentos para a Habilitação da Recorrente:

- a) O Objeto do Edital está especificado em 02 (dois) tipos de mercadorias (peças, componentes, produtos ou materiais), que são:
- 1- Óleos Lubrificantes (CNAE 46.81-8/05 – Comercio Atacadista de Lubrificantes)
 - 2- Filtros (CNAE 5164-0/01 – Com. Atacadista de Maquinas, Equipamentos, Partes e Peças)

Segundo Adilson Abreu Dallari, "existem várias manifestações doutrinárias e já existe jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isto não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; interessa, consulta ao interesse público, que haja o maior número possível de participantes."

- b) O Contrato Social da RECORRENTE data de 13 de maio de 2004. Até esta data era exigido do contribuinte que fosse descrito no objeto social da empresa, apenas as Atividades Econômicas com classificações Principais;
- c) Naquela ocasião já existiam as Atividades Econômicas Secundárias;
- d) A Junta Comercial RS aceitava e registrava Contratos Sociais de empresas com diversas Atividades Econômicas com os respectivos CNAE's Principais;
- e) **FOLHA I** - Os CNAE's Secundários não eram relacionados no Contrato Social, Registrado pela JCRGS, mas toda e qualquer dúvida sempre foi dirimida em consulta ao CNAE através das descrições de cada código do CNAE em consonância com a sua Seção, Divisão, Grupo e Classe hierárquica da Lista de Atividades;

Ex: Seção G - Comercio; Reparação de Veículos Automotores
Divisão 45 - Comercio e Reparação de Veículos Automotores
Grupo 453 - Comercio e Reparação de Veículos Automotores

Classe 4530-7 - Comércio e Reparação de Veículos Automotores

Sub Classes

- 4530-7/01 - Comercio por Atacado de Peças de Veículos Automotores
- 4530-7/02 - Comercio por Atacado de Pneus e Câmara Veículos Auto
- 4530-7/03 - Comercio por Varejo de Peças de Veículos Automotores
- 4530-7/04 - Comercio por Varejo de Peças de Veículos Automotores
- 4530-7/04 - Comercio por Varejo de Pneus e Câmara Veículos Autom
- 4530-7/06 - Representantes Comerciais do Comercio de Peças Novas e Usadas para Veículos Automotores.

f) Estas classes compreende:

O Comercio e varejista de peças e acessórios para veículos automotores, ou seja:

- motores completos e recondicionados
- pneumáticos e câmara
- baterias
- amortecedores
- silenciosos
- peças e acessórios para carrocerias
- capas, capotas para veículos automotores
- vidros e espelhos para veículos automotores
- bancos e estofados para veículos automotores
- ar-condicionado, peças e acessórios para veículos automotores
- outras peças e acessórios para veículos automotores (filtros e lubrificantes)

g) Esta classe compreende também:

- atividades de representantes comerciais e agentes de peças e acessórios para veículos automotores;
- instalação de equipamentos para rastreamento de veículos por satélite, associado à venda.

h) Esta classe não compreende:

- comercio atacadista/varejista peças e acessórios para motocicletas (45.41-2)
- comercio atacadista/varejista peças e acessórios para bicicletas (47.63-6)
- comercio atacadista/varejista peças e acessórios para motocicletas/motonetas
- atividades de representantes comerciais e agentes do comercio atacadista e varejista de motocicletas, partes, peças e acessórios (45.42-1).

i) **FOLHA II -** Neste anexo apresentamos as PEÇAS, PARTES E ACESSÓRIOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, Embasamento Legal: Protocolo ICMS 41/08, nesta relação apresentamos os Subitens / NCM/SH / Especificações, que apresenta a relação das peças que a RECORRENTE esteja autorizada a comercializar em todo o Território Nacional e MERCOSUL.

Veja que através dos Subitens 9.37, 9.40 e 9.93, NCM 8421.29.90, 8421.31.00 e 8421.39.90 respectivamente, são especificados as movimentações comerciais de entrada e saída (compra e venda) dos Filtros que são objeto do Edital em referencia.

III – DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer a RECORRENTE a essa COMISSÃO DE LICITAÇÕES, que re- considere a sua Decisão, deliberando como HABILITADA para o certame, ainda com os argumentos complementares:



- Anexo III
1. A RECORRENTE é fornecedora habitual de Filtros para o Município de Vacaria e até a presente data tem atendido aos compromissos pactuados com pontualidade e qualidade indispensável para o desempenho dessas peças conforme especificações dos fabricantes dos veículos automotores;
 2. Em anexo seguem varias copias de notas fiscais que comprovam a habitual comercialização de Filtros e Lubrificantes, para os mercados nacional e MERCOSUL;
 3. Que essas informações prestadas pela RECORRENTE sejam confirmadas junto a Receita Federal, Receita Estadual e Municipal, pois as legislações são complementares e todas as duvidas são totalmente dirimidas com a avaliação dos CNAE's de cada esfera de fiscalização;
 4. A RECORRENTE compromete-se a atualizar seu contrato social com todas as atividades Principal e Secundarias onde demonstrarão que a empresa desempenha atividades econômicas como:

CNAE 46.65-6/00 – Comercio atacadista e equipamentos para uso comercial; partes e peças (elementos filtrantes)

Relação de CNAE Secundarias:

45.60-7/01 – Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;

45.20-0/01 – Serviços manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;

77.31-4/00 – Aluguel de maquinas e equipamentos agrícolas sem operador;

46.61-3/00 – Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças;

46.81-8/05 – Comércio atacadista de lubrificantes.

5. Que o espectro de fornecedores de "FILTROS E LUBRIFICANTES" não seja restringido mais ainda, pois dar oportunidade a participação de 03 (três) empresas ao invés de 02 (duas) certamente resultará em uma melhor compra para a Municipalidade.

6. A RECORRENTE SOLICITA que lhes sejam concedidos os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da lei **Complementar 123**, de 14 de dezembro de 2006, pois apresentou no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos no edital.

Todavia, alguma desconformidade do CNAE da legislação antiga com a atual não representa má fé ou fraude por parte da RECORRENTE nem a HABILITAÇÃO pelo Município, trata-se apenas de mero formalismo, ou mesmo de erro material, o princípio da vinculação ao edital poderá ser relativizado, a fim de resguardar o interesse maior, que é a melhor contratação sob a ótica da Administração Pública.

7. A RECORRENTE pede que a empresa FLAMMA LUBRIFICANTES seja HABILITADA para fornecer apenas LUBRIFICANTES, pois ao se consultar o CNPJ 92.014.778/0001-78 da empresa FLAMMA LUBRIFICANTES LTDA, constatamos que a mesma está cadastrada na Receita Federal para fornecer apenas LUBRIFICANTES (CNAE 46.81-8-05 – Comercio Atacadista de Lubrificantes) e como atividade secundária é regulamentada para desenvolver

as atividades de REPRESENTAÇÃO COMERCIAL (CNAE 46.19-2-00 - Representantes Comerciais e Agentes do Comercio de Mercadorias em Geral não especializado); Portanto a empresa deve ser INABILITADA para fornecer FILTROS.

8. A RECORRENTE pede ainda que a empresa KIT CAR seja HABILITADA a fornecer LUBRIFICANTES e FILTROS para apenas veículos leves (automóveis e motos). O CNPJ 94.064.284/0001-23 da empresa KIT CAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME, está cadastrada e autorizada pela Receita Federal para fornecer LUBRIFICANTE (CNAE 47.32-6-00 - Comercio Varejista de Lubrificantes) a mesma não menciona peças para maquinas pesadas. O (CNAE principal 45.30-7-03 - Comercio a Varejo de Peças e Acessórios Novos para Veículos Automotores), portanto veículos leves como automóveis e motos, não enquadrando peças para caminhões, ônibus, maquinas de terraplenagem, tratores agrícolas, etc.

9. Como ficou provado, a RECORRENTE Vetor Multimaquinas Ltda é a única participante que está legalmente HABILITADA a fornecer LUBRIFICANTES e todo e qualquer tipo de FILTROS (para veículos leves e pesados) para o Município de Vacaria.

ANEXO - I

CNAE 46.65-6/00 - Comercio atacadista e equipamentos para uso comercial; partes e peças (elementos filtrantes)

Relação de CNAE Secundarias:

45.60-7/01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;

45.20-0/01 - Serviços manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;

77.31-4/00 - Aluguel de maquinas e equipamentos agrícolas sem operador;

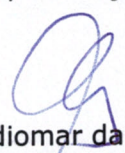
46.61-3/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças;

46.81-8/05 - Comércio atacadista de lubrificantes.

Requer ainda que, caso não seja reconsiderada a decisão ora contestada, sejam enviadas as presentes razões, à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º do Art. 109 da Lei Federal 8.666/1993, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º da Art. 113 da supracitada Lei.

Pede Deferimento

Venâncio Aires, 02 de junho de 2014.


Claudiomar da Silva
CPF 200.044.940-91
RG 3012113019